



MUNICÍPIO DE CUBA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ata Nº9
27-04-2023

Aos vinte e sete dias do mês de abril de dois mil e vinte e três, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Cuba, pelas vinte e uma horas, no Auditório da Biblioteca Municipal de Cuba, com a seguinte ordem de trabalhos.-----

ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

- 1- INFORMAÇÕES; -----
2- RATIFICAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ANTERIOR. -----
3 - ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO. -----

ORDEM DO DIA: -----

- 1 – Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade municipal, feita nos termos da alínea c) do nº.2 do artigo 25.º da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, no período de **01/02/2023 a 31/03/2023. Para conhecimento.** -----

2 – Revisor Oficial de Contas – Serviços de Auditoria Externa – Carta de Compromisso. **Para conhecimento.** -----

3 – Anulação de dívida do Centro de Estudos Diogo Dias Melgaz, Unipessoal ao Município de Cuba relativa às rendas do edifício em contextualização com a Reabilitação do Pavilhão Desportivo e Zonas Adjacentes executada por parte da Câmara Municipal. **Para deliberação.** -----

4 – Apreciação do Relatório de Gestão e das Contas do Exercício de 2022 do Centro de Estudos Diogo Dias Melgaz, Unipessoal, Lda., em conformidade com os artigos 24.º e 25.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na sua redação atual, em articulação com os artigos 246.º n.º 1 al. e) e 270-G, ambos do Código das Sociedades Comerciais. **Para deliberação.** -----

5 – Apreciação dos Documentos de Prestação de Contas Individuais do Município de Cuba, reportadas ao ano de 2022, em conformidade com o artigo 76.º n.º 1 da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, na sua redação atual. **Para deliberação.** -----

6 – Apreciação da Revisão n.º 2 ao Orçamento Municipal de 2023 e respetivas GOP's, em conformidade com o artigo 25.º n.º 1 al. a) da Lei n.º 75/2013, de 03 de setembro, na sua redação atual. **Para deliberação.** -----

7 – Apreciação da proposta de Acordo de Regularização de Dívidas à AGDA (Águas Públicas do Alentejo), conforme possibilidade consignada no art.º 79.º do Orçamento de Estado para 2023, em articulação com as disposições insertas no Dec. Lei n.º 5/2019, de 14 de janeiro. **Para deliberação.**-----

8 – Apreciação da proposta de Acordo de Regularização de Dívidas à AMCAL (Associações de Municípios do Alentejo Central), conforme disposição inserta no art.º 18.º do Dec. Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, na sua redação atual. **Para deliberação.**-----

9 – Apreciação da proposta de contratação de empréstimo por 8 anos, para aquisição de Piscina Flutuante para a Praia Fluvial do Ecoparque do Alentejo Central. **Para deliberação.** -----

O Presidente da Mesa saudou todos os presentes, declarou aberta a sessão, e informou que a mesma se iniciava com a Tomada de Posse do novo deputado Fernando Manuel Corexo Candeias, após renúncia ao mandato apresentada a 28/02/2023 pela membro Carolina Parreira Heleno. Pediu para que fosse feita a chamada.-----

Estiveram presentes nesta sessão os seguintes membros: -----

- João Duarte Oliveira Brito Palma; -----
- Carlos José Maltez Almeida; -----
- Francisco Eduardo Beijudo Galinha;-----
- Helena Sofia Pereira Ferreira Lança; -----
- Teresa José Leão Isidro Galó; -----
- José Francisco Ribeiro Roque; -----
- Francisco Manuel Carapuça Fitas; -----



Bruno Filipe Pacheco Arvanas; -----
Dulce de Fátima Remechido Carvalho Vasco; -----
Luís Carlos Cardoso Varela; -----
Luís António Botecas Varela; -----
Pedro Miguel Galinha Machado; -----
Carmen Dolores Gonçalves Santana; -----
Fernando Manuel Corexo Candeias ; -----
José Alberto Lança Pacheco-----
José António Cardeira Machado; -----
António Francisco Fragoso Ramos;-----
Diogo José da Silva Machado; -----

Faltaram a esta sessão os seguintes deputados : -----

André Chaveiro Vargas;-----

Estiveram também presentes nesta sessão, o Presidente João Português, o Vice-Presidente Filipe Chora, a Vereadora Sandra Serrano, os Vereadores Hugo Soudo e Jorge Caixeiro, os Chefes de Divisão Dr. Vítor Fialho e Dra. Carmen Estrela, e o Revisor Oficial de Contas Dr. Carlos. -----

Antes da Ordem do Dia : -----

1 – INFORMAÇÕES ; -----

Presidente Assembleia – deu conhecimento da correspondência recebida. Enumerou os eventos onde a Assembleia esteve representada, destacando as comemorações do 25 de abril e do Dia do Município. -----

2 – RATIFICAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ANTERIOR. -----

A ata da sessão anterior foi aprovada por unanimidade.-----

Não se registaram intervenções. -----

3– ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO ; -----

Deputado Carlos Almeida – leitura de saudação - 50 anos do Partido Socialista. -----



50º aniversário do Partido Socialista – Um Futuro com História

“ O Partido Socialista completou no dia 19 de abril, 50 anos desde a sua fundação, mantendo-se fiel aos seus princípios e alicerçando-se na sua afirmação como o grande partido da Liberdade e da Democracia.

O Partido Socialista deu um contributo fundamental para que Portugal seja um país democrático e europeu. Foi essencial à criação e ao desenvolvimento do Estado Social, do Serviço Nacional de Saúde e da Escola Pública. Acredita na Liberdade e Igualdade como valores fundamentais e tem merecido a confiança dos Portugueses.

Apesar da evolução das suas lutas e desafios, e do surgimento de novas inquietações e preocupações, o Partido Socialista tem, ao longo de meio século, trabalhado para alcançar um único objetivo: viver em Liberdade e em Paz, numa sociedade cada vez mais Democrática, Justa, Igual e Inclusiva.

Seja enquanto poder ou até mesmo no importante papel de oposição, nas autarquias, na Assembleia da República, enquanto Governo e na Europa, o Partido Socialista tem pugnado, através da sua ação, pela construção de um Portugal Melhor, mais Justo, Inclusivo, Livre e Democrático, por mais e melhores condições de vida, pela garantia dos Direitos Sociais, desde o acesso à educação, ao trabalho, à segurança, à saúde e à habitação, e pela garantia dos Direitos Fundamentais e Humanos.

Aos seus fundadores, aos que depois se juntaram e que todos os dias se juntam enquanto militantes ou simpatizantes, e aos que em cada eleição depositam no Partido Socialista a confiança de representar e defender os seus interesses enquanto cidadãos, os deputados eleitos pelo PS na Assembleia Municipal de Cuba prestam a sua homenagem pela coragem demonstrada diariamente e pela sua incessante luta por uma sociedade cada vez mais Justa, Igual e Inclusiva, defendendo os princípios de Abril e combatendo os movimentos e partidos que teimam em ocupar um lugar na nossa Democracia de forma a destruí-la.”

Deputada Carmen Gonçalves – leitura de saudação - 1º de maio. -----

1º de Maio - Trabalho Digno para Todos

“Mais que uma efeméride e que a celebração internacional da união dos trabalhadores, o 1º de Maio, Dia do Trabalhador, é acima de tudo a celebração daquilo que é um progresso civilizacional, do reconhecimento e valorização dos trabalhadores, que deixam de ser apenas números, máquinas ou ferramentas de trabalho, mas sim seres-humanos com deveres, direitos e liberdades.

O reconhecimento e titularidade dos direitos laborais é uma conquista que ainda hoje, tal como no passado, se realiza numa luta continua e que persistirá enquanto houver o desejo pelo progresso, pelas reivindicações e legítimas aspirações dos trabalhadores, que devem ser reconhecidos, recompensados e dignificados pelo seu trabalho.

Foi neste sentido, que o Governo de Portugal liderado pelo Partido Socialista, apresentou uma ambiciosa proposta que altera a legislação laboral, no âmbito da Agenda do Trabalho Digno.

Estas alterações irão entrar em vigor no próximo 1º de maio, com a Agenda do Trabalho Digno e de Valorização dos Jovens no Mercado de Trabalho, a qual inclui 70 medidas ao serviço dos trabalhadores e empresas, que assentam em 4 eixos: Combater a Precariedade; valorizar os Jovens no Mercado de Trabalho; Promover a melhor

conciliação entre a vida profissional, pessoal e familiar; dinamizar a negociação coletiva e a participação dos trabalhadores.

A Agenda do Trabalho Digno não dá um passo atrás nas conquistas alcançadas, mas continua sim o caminho da valorização salarial, do combate à precariedade laboral, da promoção da contratação coletiva e da conciliação entre a vida profissional e familiar. As preocupações do passado, aliadas às problemáticas que surgiram com a pandemia, levaram à criação de medidas que melhoram e equilibram ainda mais as relações laborais, que dignificam e valorizam os trabalhadores, e que criam condições para que o trabalho do futuro seja de facto um trabalho digno para todos.

Neste próximo 1º de Maio celebramos mais uma vez a Liberdade e saudamos todos os trabalhadores, mulheres e homens, e em especial aqueles do concelho de Cuba, que através do seu trabalho, consciência coletiva e exercício da cidadania, constroem diariamente a nossa sociedade, por um Portugal Melhor, mais Igual, Justo e Democrático.”

Deputado Bruno Arvanas – leitura de saudação - 25 de abril. -----

Saudação ao 25 de Abril

“É tempo de celebrarmos “ABRIL”, saudarmos o 49º aniversário da Revolução de Abril, A Revolução que restituiu aos Portugueses os direitos e liberdades fundamentais.

Devemos celebrar as conquistas adquiridas, nomeadamente na saúde, que veio proporcionar a criação do Serviço Nacional de Saúde, na educação, que deu lugar à criação da Escola Pública, no direito à habitação e nos direitos dos trabalhadores, dando lugar a uma maior dignidade para quem trabalha.

Continuaremos a defender a Constituição da República, como um dos maiores legados do 25 de Abril, onde estão consagradas muitas destas conquistas, 49 anos passados, evocamos a revolução de Abril de 1974, o acontecimento mais importante da história contemporânea do nosso país, momento vivido com o sentimento de libertação nunca antes sentido, numa explosão de alegria coletiva que deu a partida para um movimento de conquista e de construção, construção da paz, do desenvolvimento, do progresso, construção de direitos após décadas de opressão e de repressão.

Temos o dever de saudar todos os resistentes à ditadura que, pela conquista da Democracia, lutaram afincadamente, sacrificando por vezes a própria vida.

Temos o dever de saudar os militares do MFA, heróis primeiros da Revolução, imediatamente seguidos e apoiados pelo povo.

A Liberdade foi conquistada, mas tem tanto de forte como de frágil, a Europa que conhecemos como paradigma de Liberdade está agora ferida por esta guerra que graça aqui tão perto e nos atinge a todos. As imagens de ocupação de um território soberano, de subjugação de povos, de imposição da força, quadro que pensávamos pertencer ao passado, invadem-nos agora, como retratos de um triste presente.

3

Na celebração do 25 de Abril e confrontados com esta triste realidade de uma guerra terrível e indesejável, reafirmamos que a Paz e a Liberdade são valores Maiores que nunca abandonaremos.

Saudar o 25 de abril, é lutar todos os dias, por um país em que se promova a equidade e a justiça social, a igualdade de oportunidades e o direito a uma cidadania ativa e participante.

Viva o 25 de Abril !

Os deputados eleitos pelo Partido Socialista à Assembleia Municipal de Cuba.”

Deputado Francisco Galinha – leitura de moção – 25 abril. -----

Comemorar Abril, afirmar e valorizar o poder local democrático

“Com o 25 de Abril revolveu-se a vida no País e, por isso mesmo, não há faceta ou pormenor que o resumam – a revolução foi, no seu desabrochar imediato, uma explosão de liberdade, é certo, mas que não perduraria se, de imediato nuns casos, noutros a breve trecho, não imprimisse em todos os demais aspectos da vida a marca que lhe garantiu e garante sustentação.

Às operações programadas e depois executadas, na madrugada, pelos Capitães de Abril (grupo de militares em que predominava a patente de capitão) e que desarmaram o regime opressor, associou-se a manhã de ruas e praças de gente, pessoas que ali e então se sentiram verdadeiramente cidadãos, com o poder efetivo de mudar o rumo do seu País.

E, gritando, exprimiram livremente o que pensavam.

Liberdade de pensamento e de expressão sim, mas também liberdade de organização e de luta. Luta por mais pão, luta por saúde, educação e justiça para todos. Com avanços e recuos, melhores ou piores resultados, mas sempre em confronto com as ideias e as práticas do passado e quase sempre em rutura total com elas.

Assim, comemorar Abril exige afirmar o que a Revolução representa e expressa enquanto processo libertador com profundas transformações na sociedade portuguesa e um dos mais altos momentos da vida e da história do povo português e de Portugal.

Comemorações em que é imperativo não deixar submergir o que ela foi e representou na avalanche interpretativa dos que lhe negam a sua natureza, alcance e características ímpares. Celebrar Abril é evidenciar o que foi o fascismo e combater o seu branqueamento, é destacar a luta anti-fascista, pela liberdade e a democracia. Celebrar Abril é assinalar o seu sentido transformador e revolucionário, não rasurar a memória colectiva que o envolve, afirmar o caminho que o tornou possível, rejeitar as perversões e falsificações históricas, denunciar os que o invocam para o amputar do seu sentido mais profundo, sublinhar o que constitui hoje de valores e referências para um Portugal desenvolvido e soberano que décadas de política de direita têm contrariado.

Por mais que reescrevam, Abril foi uma revolução, não uma “evolução” ou “transição” entre regimes, um momento e um processo de rutura com o regime fascista, o derrube do fascismo e do que o suportava.

Abril foi possível porque é fruto de uma longa resistência antifascista, de uma abnegada dedicação à luta pela democracia e liberdade de comunistas e de outros democratas, de uma intensa luta de massas da classe operária, da juventude, do povo.

Comemorar Abril, é assinalar e afirmar o Poder Local democrático como uma das suas conquistas.

Abril foi e é um processo libertador desde logo ao dismantelar e substituir os centros de poder em que a força e a ação do passado fascista assentavam.

Foi pela ação revolucionária e transformadora das populações que o aparelho fascista de administração local foi substituído por órgãos de poder provisórios, legitimados pelas populações, e, conseqüentemente, se desenhou um poder autónomo novo que veio a merecer consagração na Constituição da República.

Comemorar Abril é defender e valorizar o poder local hoje ameaçado, pelo subfinanciamento, pela sua descaracterização por via da transferência de encargos, pela ingerência tutelar, pela instrumentalização que o reconduz, em parte, a mero executor técnico das opções de terceiros.

Comemorar Abril é exigir que se cumpra a Constituição e o que ela consagra e determina quanto à criação de regiões administrativas completando assim o edifício do poder local com o nível regional a par dos municípios e freguesias que está por cumprir.

Comemorar Abril é devolver ao povo as freguesias liquidadas contra a sua vontade, repondo a proximidade, participação e representatividade que elas materializam.

O Poder Local Democrático continua vivo e com energia bastante para resistir e se regenerar se essa for a vontade dos que, nos seus órgãos, se dedicam à causa pública e se souberem juntar-lhe as mil vontades dos cidadãos que representam.

Assim o grupo da CDU propõe que a Assembleia delibere:

- Saudar o 49.º aniversário do 25 de Abril e o inestimável património de transformações económicas, sociais, culturais e políticas que o materializam;*
- Reafirmar o espírito de serviço público que, há 48 anos, animou aqueles que tomaram nas suas mãos a condução das políticas locais a benefício das populações e cuja ação deixou marca indelével no Poder Local;*
- Defender o Poder Local Democrático, a sua autonomia e capacidade de realização, reafirmando Abril em cada dia de trabalho e de luta;*
- Exigir a criação das regiões administrativas sem mais delongas e processos dilatatórios;*
- Dar concretização ao processo de reposição das freguesias liquidadas.*
- Exortar a que os órgãos representativos da autarquia promovam um programa de iniciativas dirigida às comemorações dos 50 anos da Revolução de Abril, envolvendo a participação das forças vivas do concelho, que contribua para afirmar os valores de Abril e as suas conquistas e transmitir às novas gerações o que ela representou de acto de emancipação, democracia e liberdade.”*

Deputada Helena Lança – leitura de declaração política. -----

Pela Manutenção das Vias de Comunicação do Concelho de Cuba

Reivindicámos na anterior Assembleia Municipal pela inclusão do Aeroporto de Beja como complemento e como alternativa ao Aeroporto Humberto Delgado, pela eletrificação da Linha do Alentejo e pela conclusão do IP8.

Observámos nos últimos anos a um crescimento do transporte por via rodoviária fruto das enormes potencialidades da região Alentejo muito alavancadas pelo enorme desenvolvimento agro-industrial; tecnológico e turístico que o Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva nos trouxe.

É neste enquadramento que os deputados do Partido Socialista consideram ser pouco coerente reclamarmos pela modernização da nossa ferrovia e da nossa rodovia da responsabilidade das Infraestruturas de Portugal e esquecermo-nos das grandes responsabilidades que o Município de Cuba tem.

A degradação do estado de manutenção das vias municipais agrava-se de dia para dia.

Como se irá desenvolver o turismo no concelho de Cuba sem boas vias que o permitam? Como se irá chegar à praia fluvial com o estado de degradação preocupante entre Vila Alva e Vila Ruiva e entre Vila Ruiva e Albergaria com todo o transito de caravanas esperado?

É neste sentido que consideramos fundamental para o concelho de Cuba que haja condições para que pessoas e bens se movimentem melhor. Mais do que fazer de novo é prioritário manter o que temos em boas condições.

Vivemos hoje numa sociedade com uma economia aberta, na era digital que abre oportunidades únicas e inquestionáveis no combate à desertificação do interior e à regressão económica que reverta o isolamento e o despovoamento das nossas freguesias.

Assim, torna-se urgente criar condições para que as pessoas não tenham de deixar a sua terra para procurarem melhores condições de vida e de acesso a serviços, bens materiais e culturais.

Como pode este executivo travar a perda de população nas freguesias? Ou pretender que não fechem escolas? Ou que não fechem empresas ou se deslocalizem como é o exemplo do Monte do Pasto, se não se oferecer condições atrativas e competitivas para a sua população e para os seus empresários? Com esta falta de apoio às empresas e falta de visão empresarial perde o município o valor de 100,000€ relativos a taxa de IMI acrescida à derrama e perdemos todos nós munícipes quando neste momento se desenvolvem projetos entre empresas e a Escola profissional de Alvito que irão trazer mais emprego e mais oportunidades aos seus jovens.



O caminho municipal 1007 que dá acesso a explorações agrícolas e agropecuárias de que é exemplo o Monte do Pasto, a Casa Relvas; Inoliva e Nutrifarms constitui, não só problemas graves ao nível da segurança rodoviária, como constitui também uma barreira ao escoamento de amêndoa e azeitona que daqui por dois anos entrarão em produção.

Todas estas questões aliadas a um caminho de acesso mais direto ao concelho de Alvito que veda cada vez mais a circulação de pessoas, traz cada vez mais limitações e isolamento às nossas populações.

Perante a falta de uma estratégia e por metas a atingir no domínio da manutenção das acessibilidades que propulsionem o desenvolvimento do nosso concelho, reivindicamos, neste sentido, pela urgente e necessária beneficiação da rede viária do concelho incluindo os caminhos municipais não pavimentados da responsabilidade do Município de Cuba.

Propomos que o executivo apresente até a próxima Assembleia um plano de manutenção de toda a rede viária da responsabilidade do Concelho.”

Presidente Assembleia – lembrou que o Aeroporto de Beja foi colocado de lado pela comissão técnica e independente, como alternativa. Em relação à estrada que a deputada referiu disse que a mesma se encontra em grande estado de degradação há vários anos, assunto trazido à Assembleia Municipal no ano de 2009. -----

Deputada Helena Lança – questionou a solução para o problema, o que foi feito pelo município até à data, mostrando a sua preocupação com este tema. -----

Deputado Francisco Fitas – perguntou ao executivo o porquê da ausência na reunião que decorreu no Monte do Pasto com o Ministro das Infraestruturas, considerando o momento oportuno para tratar algumas situações, uma vez que no seu entender esta empresa em muito contribui para a Derrama e para a empregabilidade no concelho. -----

Deputado Luís Botecas Varela – referiu que em relação aos Caminhos, Vila Alva não deveria ficar esquecida pela degradação dos seus, pois entende que estão *“uma miséria, não havendo olivais, existe sim uma falta de manutenção”*. -----

Presidente Câmara – disse ter dúvidas em relação ao funcionamento das Assembleias Municipais, pondo em causa a discussão das saudações. Considerou ser um *“dia triste para o concelho de Cuba, na questão das acessibilidades, sendo curioso o levantamento desta temática, vinda de um Grupo Parlamentar que passou o concelho para trás na sua capacidade de desenvolvimento nos próximos anos.”* No que se refere ao Monte do Pasto explicou que, estaria em Cuba há mais de 30 anos, que houve um trabalho árduo deste executivo para que mudassem para cá a sede da empresa. Acrescentou, que tem havido manutenção nas acessibilidades, relembando intervenções como a da estrada nacional 387, nacional 258 ou 258-1 e que nos caminhos municipais não foram aproveitados os quadros comunitários, ou seja, uma questão antiga, anterior a 2013. Finalizou respondendo ao deputado Francisco Fitas esclarecendo que a Câmara não teve conhecimento formal sobre a vinda de membros do governo ao concelho de Cuba, sentido- se desagradado com toda a situação. -----

Deputado Carlos Almeida – concordou que seria um dia triste para o concelho de Cuba pela proximidade e pela ligação direta da estrada entre o Parque Empresarial e o Aeroporto, recordando que foi o Governo Central o responsável pelas várias intervenções nas estradas do concelho e não o Executivo. Afirmou que existiria um problema com caminhos municipais e outras estradas, dando o exemplo do acesso à Praia Fluvial. Concluiu questionando se haveria um plano de manutenção ou estratégia para resolver esta questão. -----

Presidente Câmara – afirmou que se há responsabilidades neste problema são do Partido Socialista. Reforçou a importância dos quadros comunitários não utilizados no passado, justificando a ausência de verbas para resolver estas situações atualmente. -----

Deputado Luís Botecas Varela – perguntou se em caso de acidente nas estradas municipais o culpado seria o Governo Central ou a Autarquia. -----

Presidente Câmara – presumiu que se for cumprida a legislação em vigor e o dono da estrada for a autarquia, será responsável a mesma. -----

Deputado Francisco Fitas – achou curioso o Presidente da Câmara, no passado, fazer diligências para ser recebido pelo Ministro das Infraestruturas e, quando este se deslocou ao concelho não o recebeu. -----

Presidente Câmara – afirmou que sempre defendeu os interesses do concelho, mas não pode concordar que o Ministro venha a Cuba e o Presidente da Câmara não seja convidado, nem contactado. -----

Deputado Bruno Arvanas – falou pela freguesia, mostrando-se triste por Vila Alva, pela falta de investimento em termos sociais e económicos , pela situação do Centro Cultural, onde nada mais avançou para além do contrato de empreitada. Questionou para quando e em que condições terminava a obra, à semelhança do que aconteceu na assembleia de freguesia onde o Senhor Presidente foi também questionado pelos fregueses. Referiu ainda, os problemas nas ruas, nas calçadas, as ruturas, a falta de planeamento e a condição do pólo escolar de Vila Alva, onde considera haver uma falha grave de segurança no muro e num cabo elétrico. -----

Presidente Assembleia – Interveio para lembrar ao deputado que se trata de uma reunião de Assembleia Municipal e não a continuação de uma reunião de Assembleia de Freguesia. -----

Deputado Bruno Arvanas – disse estar apenas a enumerar problemas que tem conhecimento que existem. -----

Deputada Helena Lança – voltou a alertar para as condições de segurança do Parque Infantil da Escola Básica Fialho de Almeida , perguntando para quando a remodelação deste espaço. -----

Deputado Francisco Fitas – mostrou alguma preocupação com a estrada 1ª maio, tentando perceber quem foi o projetista e colocando várias questões : o porquê da obra ter iniciado no inverno, porque não foi feita de forma faseada e o aumento do caderno de encargos tendo em conta as inúmeras alterações.

Presidente Câmara – em relação a Vila Alva não entendeu os argumentos do deputado Bruno, pois nos últimos anos em Vila Alva o investimento foi de quase um milhão de euros. Enumerou as várias obras resultantes desse investimento, tais como a Praça de Vila Alva, a Estrada da Repesa, a entrada da vila, o pólo desportivo. Relembrou as iniciativas feitas em Vila Alva, a importância de eventos como o Provando o Tareco, o aumento populacional. Acrescentou que , em relação ao Centro Cultural, fatores como a pandemia e a guerra contribuíram para as dificuldades, no entanto a obra não estará esquecida, pelo contrário. No que diz respeito ao problema de segurança na escola, não mostrou concordância com a construção de um muro. Respondendo à deputada Helena, reconheceu que o parque infantil precisa de remodelação e que atualmente se encontra em fase de orçamento e cabimentação. Finalizou explicando que nada se fez e refez na obra da rua 1º de maio, tratando-se de uma obra completa, onde existiram mudanças no subsolo, que irão garantir futuramente a resolução de problemas de cheias naquela zona e que os técnicos aprovam a forma como está a ser feita. -----

ESPAÇO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.

Não se registaram intervenções.

ORDEM DO DIA:

1 - Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade municipal, feita nos termos da alínea x) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, no período de 01/02/2023 a 31/01/2023. **Para conhecimento.**

Não se registaram intervenções.

A Assembleia tomou conhecimento.

2 – Revisor Oficial de Contas – Serviços de Auditoria Externa – Carta de Compromisso. **Para conhecimento.**

Não se registaram intervenções.

A Assembleia tomou conhecimento.

3 – Anulação de dívida do Centro de Estudos Diogo Dias Melgaz, Unipessoal ao Município de Cuba relativa às rendas do edifício em contextualização com a Reabilitação do Pavilhão Desportivo e Zonas Adjacentes executada por parte da Câmara Municipal. **Para deliberação.**

Não se registaram intervenções.

Considerando-se esclarecida a Assembleia, o Presidente da Mesa propôs a votação , o ponto foi aprovado por maioria com 6 abstenções dos deputados do Partido Socialista.

4 – Apreciação do Relatório de Gestão e das Contas do Exercício de 2022 do Centro de Estudos Diogo Dias Melgaz, Unipessoal, Lda., em conformidade com os artigos 24.º e 25.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na sua redação atual, em articulação com os artigos 246.º n.º 1 al. e) e 270-G, ambos do Código das Sociedades Comerciais. **Para deliberação.**



Não se registaram intervenções. -----

Considerando-se esclarecida a Assembleia, o Presidente da Mesa propôs a votação , o ponto foi aprovado por maioria com 6 abstenções dos deputados do Partido Socialista.-----

5 – Apreciação dos Documentos de Prestação de Contas Individuais do Município de Cuba, reportadas ao ano de 2022, em conformidade com o artigo 76.º n.º 1 da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, na sua redação atual. **Para deliberação.** -----

Presidente Câmara – fez uma nota introdutória sobre o documento destacando o que foi feito nas várias áreas de trabalho. *“Gostaria de, em números, deixar aqui algumas questões que são importantes para os senhores deputados. Gostaria de destacar que nesta prestação de contas os investimentos demonstrados e que nos últimos, entre os anos de 2020 e 2022 foram as verbas de despesas de capital atingiram um montante de 7,5 milhões de euros praticamente o dobro do triénio de 2017 a 2019. Dizer também que, este ano o município em termos de equilíbrio orçamental teve um superavit de 354 mil euros e que em termos de liquidez apesar de ainda não atingirmos aquilo que queríamos tivemos um aumento de liquidez geral de 3% e a liquidez imediata subiu 15%. Em termos de investimento empresarial a Derrama em menos de dois anos duplicou valor passando de 74 884,00€ para 151 350€ . Para terminar, gostava de dizer que o município continua com boa saúde financeira e que neste momento tem uma capacidade, uma margem absoluta de endividamento de cerca de 5 milhões de euros e portanto, apesar de continuarmos a pagar os empréstimos que estão aí das obras efetuadas, dizer que neste momento no ano de 2022 pagámos 187 mil euros de empréstimos à banca e que há 10 anos atrás o mesmo montante cifrava-se nos 300 mil euros.”*-----

Dra. Carmen – fez a apresentação técnica da Prestação de Contas, mostrando a base e os cálculos em que o documento assenta. -----

Dr. Carlos – manifestou uma opinião positiva e favorável em relação às contas apresentadas. -----

Deputado Bruno Arvanas – leitura de declaração de voto. -----

“A prestação de contas de 2022 espelha as opções do Executivo da CDU que se traduzem numa falta de visão de futuro para administrar e gerir um município marcado por um endividamento crescente e preocupante que trará consequências nefastas ao futuro do concelho de Cuba que se tornam por demais evidentes.

1 . A falta de planeamento nas novas obras de construção com constantes alterações e modificações com consequente aumento de custos e necessidades de novos empréstimos;

13

2 . A falta de manutenção de espaços urbanos, ruas, parques, jardins, pracetas, bermas e vias de comunicação do concelho que afastam as pessoas e as empresas, em vez de criar condições para que se quebre um círculo de desertificação no nosso território;

3 . Na falta de investimento na criação de postos de trabalho qualificados sem perspectivas de desenvolvimento e crescimento sustentável num concelho em que o futuro depende exclusivamente da Câmara Municipal como maior empregador do concelho, apresentando a rubrica de gastos com o pessoal com um peso que ultrapassa os 60% de despesa corrente,

4 . Na falta de liquidez imediata, nas fragilidades evidentes de tesouraria perante a sua incapacidade de cumprimento de prazos de pagamento e no conseqüente aumento das dividas a fornecedores que já ascendem a meio milhão de euros comparativamente com 2022;

Em suma, neste momento a divida do município ronda 1 milhão e 500 mil euros de dividas a fornecedores.

5 . Na falta de cumprimento das suas obrigações para com os seus fornecedores, o relatório indica-nos que existem obrigações por pagar superiores a 90 dias no valor de 574,804,95€ e que revelam o aumento de 91,7% na conta corrente de fornecedores;

6 . Na falta de receita do município com um decréscimo preocupante no valor de 733,628€;

7 . Na falta de preocupação com o grau de execução orçamental inferior ao ano anterior que caiu de 85,45% para 82,54 %;

8 . Na falta de cumprimento na taxa de execução de receita inferior a 85% em dois anos consecutivos, um incumprimento do nº3 do artigo 54 da lei 13/2013;

9 . Na falta de cumprimento das grandes opções do plano que ficaram muito aquém do esperado 75,80% do previsto;

10 . Na falta de autonomia financeira e no menor rendimento do património líquido em relação ao ano anterior. A situação do concelho é cada dia mais preocupante. Perguntamos, como se irá cumprir com as dividas recorrentes à banca e com as despesas correntes cada vez maiores? Será esta a forma correta de pensar e projetar o futuro do concelho? No entender dos deputados do PS não é esta a forma mais eficiente na gestão de recursos do município."

Dra. Carmen – esclareceu os deputados em relação à execução da receita, dizendo que em 2021 houve cumprimento e em 2022 não, o que não se traduz em penalizações, pois não foi algo consecutivo.-----

Dr. Carlos – acrescentou “ no exercício de 2022 também esta regra não se aplica por causa da suspensão relativamente ao Covid, portanto só vai passar a ser aplicável a partir do exercício de 2023. Em 2021 e 2022 a regra teve suspensão, independentemente de não cumprir com a regra dos 85% .” -----



Considerando-se esclarecida a Assembleia, o Presidente da Mesa propôs a votação , o ponto foi aprovado por maioria com 6 votos contra dos deputados do Partido Socialista.-----

6 – Apreciação da Revisão n.º 2 ao Orçamento Municipal de 2023 e respetivas GOP’s, em conformidade com o artigo 25.º n.º 1 al. a) da Lei n.º 75/2013, de 03 de setembro, na sua redação atual. **Para deliberação.** -----

Deputado Carlos Almeida – apresentou duas questões: uma em relação à Associação Dignidade e a outra sobre a Transferência de Competências na Ação Social, o porquê da revisão, se não estariam previstas verbas suficientes. Pediu esclarecimentos. -----

Presidente Câmara – explicou que a Associação Dignidade trabalha com o Executivo em questão de medicamentos, nos últimos 5 anos após assinatura de protocolo, que este ano sofreu algumas alterações. Quanto à Transferência de Competências na Ação Social disse que o diploma com as verbas transferidas para o município só saiu a 29 ou 30 de março, sendo que a primeira verba era residual e agora foram aumentadas. -----

Considerando-se esclarecida a Assembleia, o Presidente da Mesa propôs a votação , o ponto foi aprovado por maioria com 6 abstenções dos deputados do Partido Socialista. -----

7 – Apreciação da proposta de Acordo de Regularização de Dívidas à AGDA (Águas Públicas do Alentejo), conforme possibilidade consignada no art.º 79.º do Orçamento de Estado para 2023, em articulação com as disposições insertas no Dec. Lei n.º 5/2019, de 14 de janeiro. **Para deliberação.**-----

Deputado Francisco Fitas - lembrou que na assembleia anterior o Presidente da Câmara disse que as dívidas a fornecedores não ultrapassavam os 90 dias porque a lei assim o obrigava, no entanto ao tomar conhecimento deste ponto constatou que essa indicação não correspondia à realidade. -----

Presidente Câmara – explicou que em cada assembleia municipal está disponível para consulta um relatório financeiro onde se informa se há ou não pagamentos em atraso. -----

Deputado Carlos Almeida – questionou o Presidente da Assembleia sobre o porquê de constar na documentação referente a este ponto, uma ata de 2012. -----

Presidente Assembleia – informou que solicitou esse documento ao Dr. Vítor Fialho pois em 2011 teria havido uma situação semelhante a esta, o objetivo foi esclarecer melhor a Assembleia. -----



Deputada Helena Lança – não entendeu o propósito de trazer para esta reunião um documento dessa data, uma vez que os contextos seriam diferentes.-----

Presidente Assembleia – reforçou o que disse anteriormente. -----

Deputado Carlos Almeida – disse não haver necessidade, ficando mal ao Presidente da Assembleia esta atitude. Acrescentou que no seu entender, se o município tem dívidas deverá honrar os seus compromissos e pagar. -----

Presidente Assembleia – lembrou os deputados que a escolha dos documentos é competência da assembleia municipal, servindo para uma melhor fundamentação das decisões ou melhores esclarecimentos. -----

Presidente Câmara – esclareceu os deputados dizendo que *“este ponto veio à assembleia como uma questão técnica que pode ser utilizada. Nos pagamentos em atraso definiram-se prioridades. Esta tipo de proposta, com esta forma de pagamento foi feita pelos técnicos do município. O executivo decidiu que ia propor o pagamento a 5 anos, não optando por ir até 25 anos, como acontece com outros municípios.”* -----

Considerando-se esclarecida a Assembleia, o Presidente da Mesa propôs a votação , o ponto foi aprovado por unanimidade.-----

8 – Apreciação da proposta de Acordo de Regularização de Dívidas à AMCAL (Associações de Municípios do Alentejo Central), conforme disposição inserta no art.º 18.º do Dec. Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, na sua redação atual. **Para deliberação.**-----

Presidente Câmara – informou os deputados que o executivo decidiu fazer as liquidações até ao final deste mandato. -----

Considerando-se esclarecida a Assembleia, o Presidente da Mesa propôs a votação , o ponto foi aprovado por unanimidade.-----

9 – Apreciação da proposta de contratação de empréstimo por 8 anos, para aquisição de Piscina Flutuante para a Praia Fluvial do Ecoparque do Alentejo Central. **Para deliberação.** -----



Presidente Câmara – fez uma introdução sobre o ponto - “ o projeto do Ecoparque cumpre várias valências. A ideia numa primeira fase não incluía a colocação de uma piscina fluvial, e sim avançar com o projeto do parque de Autocaravanas. Depois de iniciar as obras e termos em consideração que o parque de Autocaravanas não ia estar pronto para estar disponível nesta época balnear, olhando para as praias à volta e para a concorrência que temos o Executivo achou que em termos de equipamento seria estruturante , adquirirmos então uma piscina fluvial. Esta piscina fluvial vai neste momento ser contratualizada através de um empréstimo, mas é nossa intenção candidatar-la aos fundos comunitários que vão abrir no âmbito do turismo e do ambiente, no novo quadro comunitário, que supostamente deveriam ter aberto em setembro do ano passado, depois em janeiro deste ano e como ainda não abriam, e como temos um compromisso com as pessoas, decidimos avançar com este empréstimo que será depois candidatado e ressarcido na íntegra quando recebermos a verba.” -----

Deputado Luís Botecas Varela – perguntou se a piscina estava prevista no projeto inicial e, sugeriu fazer primeiro a praia e pensar na piscina depois, uma vez que o dinheiro não estará fácil de alcançar. -----

Presidente Câmara – reforçou a explicação dada anteriormente. -----

Deputado Luís Botecas Varela - insistiu que o projeto inicial deveria ser cumprido, afirmando que a compra da piscina surge porque o Executivo não conseguirá abrir a praia. -----

Deputado Carlos Almeida – explicou que os deputados do PS não seriam contra a piscina flutuante, mas não iriam votar favoravelmente nesta altura. Considerou que com todos os problemas que têm surgido, seria de bom senso inaugurar a praia e mais tarde acrescentar a piscina. -----

Presidente Câmara – afirmou ter um ponto de vista diferente, considerando o equipamento uma mais valia e que devem ser realizados todos os investimentos para que a praia possa abrir com as melhores condições. -----

Deputado Luís Botecas Varela – lembrou que a principal atração seria a praia e não a piscina, e que o projeto foi financiado com a valência do autocaravanismo.-----

Deputado Bruno Arvanas – perguntou se já foi feito o processo de identificação de água balnear junto da Agência Portuguesa do Ambiente. -----

Presidente Câmara – insistiu que a praia já existe, estando homologada deste o ano passado, quando abrir será praia e piscina. -----

Considerando-se esclarecida a Assembleia, o Presidente da Mesa propôs a votação , o ponto foi aprovado por maioria com 6 votos contra dos deputados do Partido Socialista. -----

II ESPAÇO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. -----

Não se registaram intervenções. -----

Terminada a ordem de trabalhos, e não havendo mais nada a tratar, a Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu por encerrados os trabalhos, dos quais, para constar se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada vai ser assinada pelo Presidente da Mesa da Assembleia e por mim, secretário que a redigi.

A Ata foi aprovada em minuta, por unanimidade, no final da sessão. -----

O Presidente: 

O Secretário: 